

Dominique Maingueneau

ANÁLISE DE TEXTOS DE COMUNICAÇÃO

Tradução de
Maria Cecília Souza-e-Silva
Décio Rocha

6ª EDIÇÃO AMPLIADA

 CORTEZ
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maingueneau, Dominique
Análise de textos de comunicação / Dominique Maingueneau ; tradução
de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. -- 6. ed. ampl. -- São Paulo :
Cortez, 2013.

Título original: Analyser les textes de communication.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1952-7

1. Análise do discurso 2. Comunicação de massa e linguagem 3. Linguística
I. Título.

12-09811

CDD-401.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Comunicação : Linguagem 401.41

1

ENUNCIADO E CONTEXTO**1. O sentido de um enunciado**

Para abordar de maneira conveniente os enunciados, não podemos nos basear em uma concepção inadequada do sentido. Assim, neste primeiro capítulo, tentaremos ressaltar a **complexidade das relações entre sentido e contexto.**

Um processo assimétrico

Considera-se, geralmente, que cada enunciado é portador de um sentido estável, a saber, aquele que lhe foi conferido pelo locutor. Esse seria o sentido decifrado por um destinatário que dispõe do mesmo código, que fala a mesma língua. Nessa concepção da atividade linguística, o sentido estaria de alguma forma inscrito *no* enunciado, e sua compreensão dependeria essencialmente de um conhecimento do léxico e da gramática da língua; o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambigüidades dos enunciados. Se dissermos, por exemplo, “O cachorro late” ou “Ela está acesa”, o contexto serviria apenas para determinar se “o cachorro” designa um cão particular ou a classe dos cães; a quem o pronome “ela” se

refere e se “acesa” se refere a um estado (*a lâmpada está acesa*) ou a um comportamento (*a criança está acesa*)* etc.

A reflexão contemporânea sobre a linguagem afastou-se dessa concepção da interpretação dos enunciados: o contexto não se encontra simplesmente *ao redor* de um enunciado que *conteria* um sentido parcialmente indeterminado que o destinatário precisaria apenas especificar. Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente **assimétrico**: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela *reconstrói coincida com as representações do enunciatador*. Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado prestabelecido e estável. A própria ideia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável. Certamente isso não quer dizer que as unidades lexicais de uma sequência verbal não signifiquem nada *a priori*, mas, fora de contexto, não podemos falar realmente do sentido de um enunciado; na melhor das hipóteses, falaremos de coerções para que um sentido seja atribuído à sequência verbal proferida em uma situação particular, para que esta se torne um verdadeiro enunciado, assumido em um lugar e em um momento específicos, por um sujeito que se dirige, numa determinada perspectiva, a um ou a vários sujeitos.

O estatuto pragmático do enunciado

Vamos imaginar que, em uma repartição pública, na parede da sala de espera, encontra-se uma pequena placa de plástico, de trinta centímetros por vinte, na qual se lê em letras maiúsculas vermelhas:

NÃO FUMAR

* O enunciado “Ela está acesa” foi proposto pelos tradutores para criar uma frase ambígua em português. A ambiguidade que se verifica no enunciado original (“Elle est passé”) reside nas diferentes acepções do v. *passer*, o qual pode indicar movimento (*Ela passou*) ou o estado de uma cor (*Ela desbotou*). (N.T.)

Trata-se de um enunciado dos mais simples, e sua interpretação parece imediata. Na verdade, essa interpretação só nos parece imediata porque não temos consciência de que estamos mobilizando várias instâncias para chegar a ela.

Para interpretar o que se encontra na placa, deve-se começar por considerá-la como uma sequência de signos, mais precisamente como uma sequência verbal, um *enunciado*. Isso implica atribuir-lhe uma fonte enunciativa, no caso, um sujeito que, servindo-se de sua própria língua, teria a intenção de transmitir um certo sentido a um destinatário. As condições materiais de apresentação desempenham um papel essencial para que o enunciado receba de fato tal estatuto. Suponhamos, efetivamente, que, no lugar da sóbria placa de plástico com letras maiúsculas vermelhas, esteja uma placa toda colorida, protegida por um vidro, com uma assinatura no canto, com letras pouco legíveis, de tamanhos desiguais e multicoloridas, desenhando uma curva irregular. As pessoas que esperam na sala se sentiriam no direito de pensar que se trata de um objeto decorativo, uma obra-de-arte, e considerariam não haver nenhuma necessidade de decifrar seu significado.

Imaginemos, agora, que o nosso enunciado “Não fumar” tenha sido escrito na parede, com uma caneta hidrocor, ao lado do desenho de uma grande flor e de um coração atravessado por uma flecha: as pessoas, provavelmente, não se sentiriam proibidas de fumar por algo que lhes parece um grafite. Em contrapartida, vendo uma placa confeccionada segundo um modelo padrão, de forma geométrica, disposta na altura ideal e de tamanho suficiente para ser vista por todos, pensariam que ela não está lá por acaso, que se trata de um enunciado com alguma importância.

Porém, falta ainda mostrar que esse enunciado constitui uma *interdição*. Não se trata simplesmente de um enunciado verbal: ele possui aqui um certo valor pragmático, isto é, pretende instituir uma certa relação com o seu destinatário. Para isso, é necessário que o enunciado *mostre*, de uma maneira ou de outra, esse valor pragmático, o ato que pretende realizar por intermédio de sua enunciação. Se o leitor da placa não consegue determinar qual é esse ato, não adotará um comportamento adequado em relação ao enunciado: uma interdição não tem as mesmas consequências

práticas que um voto ou um provérbio: desobedecer a uma ordem pode, no mínimo, provocar uma repreensão ou mesmo uma penalidade.

Nesse caso, também, as condições materiais de apresentação intervêm de maneira decisiva na determinação do valor pragmático pertinente:

- pode-se tratar, como no caso dos sinais de trânsito, de placas convencionais com uma determinada forma e uma determinada cor reservadas às interdições. Aqui, só o fato de ver a placa já é suficiente para determinar o estatuto do enunciado;
- junto ao enunciado propriamente dito, pode-se, também, encontrar uma indicação denominada *paratextual*, que explicita seu estatuto: “Citação do regulamento”, “Decreto do prefeito do dia...”;
- pode não haver nem placa convencional nem menção paratextual. Deve-se, então, mobilizar o conhecimento dos hábitos sociais. Sabemos, por experiência, que os organismos (empresas, repartições públicas...) fixam nas paredes cartazes de valor prático (“Empurre” “Saída” etc.) ou advertências (“Proibido jogar papel”, “Aguardar atrás da faixa amarela”...).

Não basta identificar esse enunciado como uma proibição regulamentar; é preciso, também, presumir que ele é “sério”, que a instância que o comunica tem realmente a intenção de significar o que ele significa, de agir de uma determinada maneira sobre o destinatário:

- acontece frequentemente de não sabermos se o enunciado deve ser tomado ou não ao pé da letra, se ele é irônico ou se é uma brincadeira. Se tivéssemos na mesma parede, ao lado de “Não fumar”, um outro cartaz, de mesma aparência, com os dizeres “É proibido proibir”, poderíamos duvidar da “seriedade” da interdição, uma vez que o próprio contexto forneceria as indicações que desqualificam o enunciado. Ao contrário, se esse cartaz “É proibido proibir” estivesse escrito em forma de pichação, ele reforçaria o caráter de “seriedade” da proibição de fumar: pensaríamos tratar-se de uma pessoa contestadora manifestando sua contrariedade contra qualquer tipo de imposição, ou de um fumante manifestando seu mau humor;

- um enunciado pode ser perfeitamente “sério”, pelo menos em um certo ponto de vista, pertencendo, contudo, ao discurso literário. Nesse caso, realizam-se atos de discursos que não podemos colocar no mesmo nível dos outros. Se, num canto do cartaz, lêssemos o nome do poeta Jacques Prévert, o enunciado mudaria completamente de categoria.

2. As marcas linguísticas

O infinitivo

No entanto, alguém poderá talvez observar que a mais simples via de acesso ao estatuto pragmático é o próprio conteúdo do enunciado: basta compreender o sentido das palavras e as regras da sintaxe para verificar que se trata de uma interdição de fumar.

Na realidade, as coisas não são tão imediatas.

Em francês, o verbo “fumar” pode ter vários sentidos e a escolha do sentido pertinente nesta situação (não fumar cigarros) não se faz de maneira automática. Não estaríamos tão seguros de se tratar de tabaco se estivéssemos em uma fábrica de frios e se o cartaz estivesse diante de uma pilha de presuntos*...

A identificação do sujeito “subentendido” do verbo no infinitivo também não é evidente. No exemplo abaixo, extraído de um poema de Mallarmé, “Brisa marinha”,

A carne é triste, infelizmente! e eu li todos os livros.

Fugir! para longe fugir! [...]

o sujeito implícito é o próprio enunciador. Em contrapartida, no nosso exemplo “Não fumar”, a posição de sujeito é preenchida pelo próprio leitor: quem lê o cartaz “Não fumar” é que não deve fumar. A seleção do

* O verbo *fumer* do francês significa também “defumar”. (N.T.)

referente do sujeito é feita por vias distintas em “É proibido fumar” e em “Não fumar!” ou “Fugir!”. Em “É proibido fumar”, o sujeito de “fumar” se refere ao conjunto dos fumantes, enquanto que, em “Não fumar” ou “Fugir!”, o sujeito só pode ser o próprio enunciador ou o próprio destinatário desse enunciado.

Um verbo no infinitivo não exprime necessariamente uma injunção ou, na forma negativa, uma interdição. Em frases “independentes”, um infinitivo sem sujeito expresso não pode ser assertivo, ou seja, apresentar um enunciado como verdadeiro ou falso. Quando o enunciado é não assertivo, por exemplo,

Deixar a casa!

ele pode ser interpretado como um desejo, um conselho, uma ordem... É preciso, portanto, determinar, entre os valores não assertivos do nosso exemplo, aquele que, neste caso, é pertinente: a interdição.

Na verdade, se interpretamos “Não fumar” como uma interdição, não é por causa unicamente do sentido de “fumar”, mas também porque sabemos que as placas nas paredes das repartições públicas geralmente servem para transmitir ordens (e não para expressar desejos), ou ainda porque sabemos que os médicos dizem que fumar prejudica a saúde, que o Estado promulgou leis contra o tabagismo, que existem campanhas de publicidade com tal objetivo etc. Vemo-nos, assim, mergulhados em um **interdiscurso**, no conjunto imenso de outros discursos que vêm sustentar essa interdição na sala de espera.

A ancoragem na situação de enunciação

Nosso cartaz “Não fumar” é constituído por uma única frase que apresenta a particularidade de constituir por si só um texto completo e de não conter nem marcas de pessoa, nem marcas de tempo. Esta não é uma situação muito comum. Na grande maioria dos casos, as frases são portadoras de marcas *de tempo e de pessoa* e se encontram inseridas em unidades mais amplas, *os textos*.

Suponhamos que, ao invés de “Não fumar”, lêssemos no cartaz:

Esta sala é um espaço reservado a não fumantes.

Neste caso, não se trata exatamente de uma interdição, mas de uma espécie de constatação, de asserção que classifica um determinado lugar em uma determinada categoria. Não é difícil imaginar situações muito variadas em que esse mesmo enunciado não teria nenhum valor de proibição. Por exemplo, o proprietário de um estabelecimento pode receber a comissão de prevenção de acidentes em sua empresa e, ao abrir a porta, dizer: “Esta sala é um espaço reservado a não fumantes.”

Diferentemente de “Não fumar”, o enunciado desse novo cartaz possui marcas de tempo e de pessoa, e também o determinante demonstrativo “esta”. **O presente tem aqui um valor “dêitico”, ou seja, só pode ser interpretado em relação à situação de enunciação específica na qual se inscreve.** Nosso conhecimento de mundo nos permite atribuir uma duração variável a esse presente. Nos seguintes enunciados:

- (1) Estou com um pouco de frio.
- (2) Maria está depressiva.
- (3) Está passando Branca de Neve no cine Rex.

os verbos no presente têm uma duração muito variável: (1) dura provavelmente apenas alguns minutos; (2), dependendo do caso, tem uma duração que pode variar de algumas semanas a alguns anos (e até mesmo a vida inteira, se se tratar de um traço de caráter); em relação a (3), presume-se que se refere a um período de algumas semanas. Quanto a “Esta sala é um espaço reservado a não fumantes”, o leitor deve prever uma duração indeterminada e não vai pegar um cigarro, disposto a acendê-lo, esperando que se mude o cartaz. Mas a situação seria diferente se o cartaz fosse um painel de informação digitalizada, suscetível, portanto, de mudar, ou se a sala estivesse reservada em determinadas horas aos não fumantes e, em outras, aos fumantes. Aqui, **do mesmo modo, não é o simples conhecimento da gramática e do léxico da língua que permite interpretar adequadamente o enunciado.**

O demonstrativo “esta” possui também um valor “dêítico” (ver capítulo 10, item 2); sua referência muda em função da situação de enunciação em que aparece: “esta” designa um objeto supostamente acessível no ambiente físico de sua enunciação.

Assim, a maioria dos enunciados possui marcas que os ancoram diretamente na situação de enunciação: “esta sala”, “aqui” ou “ontem”, a desinência de tempo dos verbos, “eu” ou “você” são interpretáveis somente quando se sabe a quem, onde e quando o enunciado foi dito. Até os enunciados desprovidos desse tipo de marcas remetem efetivamente ao seu contexto. Esse é o caso, como vimos, de “Não fumar” e, mais diretamente ainda, de “Que carro!”, uma reação do enunciador diante de um carro presente no local em que se encontram os interlocutores.

Existem, porém, muitos enunciados que ocorrem fora de qualquer contexto: os exemplos de gramática, precisamente (“O gato persegue o rato”, “Max foi mordido pelo cachorro”). Mas é uma ilusão acreditar que esses enunciados se interpretam sem contexto. Na verdade, os exemplos de gramática aparentemente descontextualizados são inseparáveis de um contexto muito específico que é o livro de gramática, em que se pode falar de “Max” ou do “rato” sem se perguntar quem são exatamente esses indivíduos, quando aconteceu a mordida ou a perseguição etc. Quando um linguista propõe tais exemplos é para ilustrar um ou vários fenômenos da língua: “O gato persegue o rato” ilustrará, por exemplo, o fato de que alguns verbos são transitivos, ou ainda que existe concordância entre o artigo e o substantivo etc. Não saber qual é o gato em questão não tem importância: o que interessa aqui é apenas a transitividade do verbo ou a concordância.

3. Os contextos

O cotexto

O contexto não é necessariamente o ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação. Consideremos esta sucessão de frases de um romance:

O agente secreto OSS 117 dirige-se ao bar languidamente. O local é um espaço reservado a não fumantes.

O leitor só identifica o referente de “o local” observando o contexto *linguístico*, que denominamos **cotexto**, ou seja, no caso, a frase anterior, na qual o antecedente selecionado será “o bar”.

Mas esse cotexto pode ser percorrido de diversas maneiras. Vamos supor que haja possibilidade de escolha entre dois antecedentes:

OSS 117 sai da sala e se dirige ao bar languidamente. O local é um espaço reservado a não fumantes e faz uma hora que ele está com vontade de fumar e de tomar um bom uísque.

O leitor provavelmente escolherá a sala como antecedente de “o local”. Outra possibilidade seria:

OSS 117 pega seu maço de cigarros, sai da sala e se dirige ao bar. O local é um espaço reservado a não fumantes: ele precisa voltar à sala.

A frase “ele precisa voltar à sala” conduz então o leitor a reconfigurar o cotexto, baseando-se em seu conhecimento de mundo e em algumas regras de senso comum que lhe indicam, por exemplo, que, normalmente, se uma pessoa pega um maço de cigarros, é porque ela tem vontade de fumar e, se quer fumar, procura um espaço para fumantes.*

Três fontes de informações

Apontamos três tipos de “contextos”, que podem fornecer alguns elementos necessários para a interpretação.

► O ambiente físico da enunciação, ou contexto situacional

Valendo-se do contexto situacional, podem-se interpretar unidades como “esse lugar”, o presente do verbo, “eu” ou “você” etc.

* Nos exemplos apresentados neste item, traduzimos *cette pièce* por *o local*, tendo em vista a não coincidência de valores dos demonstrativos em francês e em português. (N.T.)

► O cotexto

São as sequências verbais encontradas antes ou depois da unidade a interpretar. Diferentemente de enunciados autônomos como “Não fumar”, constituídos de uma única frase, os enunciados geralmente são fragmentos de uma totalidade mais ampla: um romance, uma conversa, um artigo de jornal etc. Assim, neste fragmento de um *fait divers*,

[...] Desde que **a família** se mudou para **essa casa de campo** que **eles** estão arrumando, Évelyne se sente muito cansada. Todas as manhãs **ela** se levanta às 6 horas para ajudar **seu** marido [...]

a interpretação dos elementos em negrito é assegurada pelo fato de retomarem unidades introduzidas anteriormente no texto (ver capítulo 20, item 1). O recurso ao cotexto mobiliza a memória do intérprete, que vai colocar uma dada unidade em relação a uma outra do mesmo texto.

► Conhecimento de mundo

O papel desempenhado pela memória é ainda mais evidente no que diz respeito à terceira fonte de informação, nosso conhecimento de mundo — saberes compartilhados anteriores à enunciação: por exemplo, a referência dos nomes próprios ou os conhecimentos a respeito das consequências prejudiciais do tabaco, o formato oficial dos avisos de interdições etc.

4. Os procedimentos pragmáticos

Uma interpretação derivada

O leitor do cartaz “Este local é um espaço reservado a não fumantes” só terá compreendido seu sentido se o interpretar como uma proibição. Para isso, deve recorrer a *procedimentos que o levam a interpretar como*

uma proibição o que, na realidade, se apresenta como uma asserção. Trata-se de uma situação muito comum em que o leitor do cartaz precisa buscar recursos não estritamente de ordem linguística, raciocinando sobre a situação em que se encontra. O leitor presumirá, sem dúvida, que uma repartição pública não se daria ao trabalho de colocar um cartaz que não se destinasse expressamente às pessoas que ocupassem aquela sala; ele vai certamente pensar também que, para o público, não haveria grande interesse em apenas tomar conhecimento de que aquela sala se inclui na categoria dos espaços de não fumantes. Vai, então, perceber que essa informação visa a um outro objetivo. É com base nisso que ele determinará qual é esse outro sentido que se deseja, dessa forma, comunicar-lhe indiretamente.

Instruções para interpretar

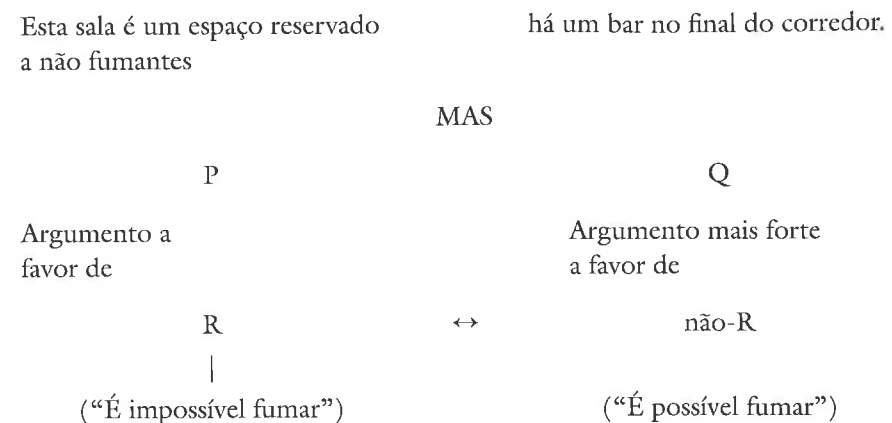
A necessidade de recorrer a uma espécie de raciocínio para atribuir um sentido a nosso enunciado fica ainda mais nítida se acrescentarmos um segundo enunciado introduzido por *mas*:

Esta sala é um espaço reservado a não fumantes. Mas há um bar no final do corredor.

O leitor deverá encontrar uma interpretação verossímil, apoiando-se simultaneamente no contexto e no sentido que *mas* possui na língua. Com efeito, esse sentido de *mas* é um conjunto de *instruções* dadas ao destinatário para que ele possa construir uma interpretação. Empregar *mas* significa, de algum modo, dizer ao destinatário algo como:

Na sequência de proposições P MAS Q (em que P e Q representam duas proposições quaisquer), procure uma conclusão R tal que P seja um argumento para R; procure, também, uma conclusão não R tal que Q seja um argumento em favor de não R, apresentado como mais forte que a conclusão R.

Aplicando tais instruções a nosso exemplo, temos o seguinte esquema:



O destinatário dispõe, então, de instruções ligadas ao emprego de *mas*, munido dessas instruções e baseando-se no contexto, ele deve levantar hipóteses para explicitar as proposições *implícitas* R e não R. Na verdade, no caso do cartaz em questão, somente o contexto permite interpretar "há um bar no final do corredor" como indicando um lugar onde é possível fumar.

Acabamos de expor dois exemplos de procedimentos de tipos muito diferentes: a passagem de "Esta sala é um espaço reservado a não fumantes" até a interpretação "Não fume" e as instruções ligadas a *mas*. Trata-se de procedimentos pragmáticos porque exigem do destinatário uma análise do contexto e não somente uma interpretação *semântica*, seu conhecimento da língua. Tanto em um caso como no outro, o destinatário não é passivo: ele próprio deve definir o contexto do qual vai tirar as informações necessárias para interpretar o enunciado. *A priori* nunca há uma *única* interpretação possível para um enunciado e é preciso explicar quais os procedimentos do destinatário para chegar à mais provável, que será aquela que se deve preferir em tal ou qual contexto.

A partir daí, desenvolve-se um debate importante: uma vez que o conhecimento da língua está longe de ser suficiente para interpretar um

enunciado, sendo preciso recorrer a procedimentos pragmáticos ligados ao contexto, qual é, respectivamente, a contribuição do sentido linguístico e a do sentido obtido pelos procedimentos pragmáticos? Pode-se imaginar facilmente que, neste ponto, as opiniões divergem, uns procurando integrar tanto quanto possível os procedimentos pragmáticos na língua, outros esforçando-se, ao contrário, em minimizar a parte da língua na interpretação.